

Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio^{*1}

Magali Gouveia Engel^{**}

Este artigo apresenta alguns resultados parciais da pesquisa intitulada “Trabalho, relações de gêneros e questão racial: memórias da cidade através das crônicas (RJ, 1870-1930)”.² Trata-se de buscar nestes registros, como sugere Margarida de Souza Neves, “indícios reveladores do tempo vivido”,³ através das diferentes leituras que dele fez cada um dos autores escolhidos – entre os quais Olavo Bilac, João do Rio e Lima Barreto. Narrativas subjetivas do “real vivido”, espaços de construção e de interpretação das memórias coleti-

* Artigo recebido em fevereiro de 2004 e aprovado para publicação em abril de 2004.

¹ Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no 4º Congresso Latinoamericano de Sociología del Trabajo da ALAST (Havana, 2003) e publicado no CD-ROM do evento, com o título *Os intelectuais e a modernidade: as relações de trabalho nas crônicas cariocas*.

^{**} Professora do Departamento de História da UFF.

² A pesquisa conta, atualmente, com o apoio do CNPq e da Faperj. Participam da segunda etapa do projeto os bolsistas do PIBIC Daniel Angelim, Leonardo Ayres Padilha e Leandro Rosetti de Almeida.

³ Margarida de S. Neves, “História da crônica. Crônica da história”, Beatriz Resende (org.), *Cronistas do Rio*, Rio de Janeiro, José Olympio/CCBB, 1995, pp. 15-31.

vas, as crônicas revelam-se lugares de conflitos entre interpretações que remetem necessariamente ao universo das tensões sociais ou da luta de classes. Neste sentido, crônicas e cronistas são considerados, a partir de sua inserção “na arena das polêmicas e conflitos de sua contemporaneidade”, como “sujeitos e personagens das histórias que contam”, vivendo, portanto, o seu tempo “como indeterminação, como incerteza”.⁴

As reflexões aqui desenvolvidas encontram-se centradas numa problemática mais específica da referida pesquisa, buscando-se investigar as representações do trabalho e dos trabalhadores, construídas e/ou veiculadas no período posterior à abolição da escravidão, através da análise de algumas crônicas de João do Rio (1881-1921), onde o tema “trabalho” é privilegiado. Procurarei identificar e avaliar como um dos mais importantes cronistas brasileiros⁵ de sua época apreendeu as transformações nas relações de produção a partir do questionamento de valores burgueses, que buscavam positivar a categoria trabalho, redefinidos com base nas especificidades da realidade brasileira recém-egressa da escravidão. A hipótese geral é a de que os referenciais desqualificadores do trabalho, herdados da cultura escravista, desempenharam um papel essencial na depreciação do perfil dos trabalhadores braçais, o que se constitui em um dos elementos legitimadores da exploração do trabalho pelo capital na ordem burguesa que, então, se encontrava em gestação no Brasil. Duas questões nortearão a análise que pretendo desenvolver. A primeira refere-se à percepção de que, ao denunciar as condições de exploração às quais os trabalhadores da cidade do Rio estavam sub-

⁴ Sidney Chalhoub e Leonardo A. de M. Pereira, “Apresentação”, ____, *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, pp. 8-9. De acordo com estes autores, os registros literários (contos, romances, crônicas, poesias), como qualquer outra fonte, são produzidos historicamente, cabendo ao historiador inseri-los “no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social”, elucidando o modo como elaboram ou expressam “a sua relação com a realidade social” (p. 7), sempre presente, mesmo quando não explicitada. Trata-se, pois, de obras de ficção, mas nem por isto isentas de uma determinada *lógica social*, cuja identificação e interpretação são pressupostos indissociáveis da análise histórica. Vejam-se também, neste sentido, as considerações clássicas, feitas por Antonio Candido, acerca do papel da sociologia na análise da obra literária (Antonio Candido, *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*, 5ª ed., São Paulo, Editora Nacional, 1976).

⁵ Filho do professor de matemática Alfredo Coelho Barreto e de Florência Cristóvão dos Santos Barreto – mulata, filha do médico Dr. Joaquim C. dos Santos – João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Barreto foi aluno do colégio do Mosteiro de São Bento e, a partir de 1896, do Ginásio Nacional. Tornou-se um jornalista bastante conhecido – atuando na grande imprensa carioca – e um escritor de sucesso – tendo quase todos os seus livros publicados pela Garnier, a mais poderosa editora da época.

metidos após a abolição da escravidão, João do Rio constrói uma imagem bastante negativa não apenas do trabalho, mas do próprio trabalhador. Também ambígua será a visão do escritor em torno das mudanças e das continuidades – especificamente no que diz respeito às transformações nas relações de trabalho – que marcaram o advento da modernidade na sociedade brasileira.

Entre as razões que me levaram a escolher as crônicas de João do Rio como principal fonte da análise proposta, destaco o fato de este escritor representar uma posição política bastante peculiar no campo intelectual brasileiro daquele momento. A miséria, em suas dimensões econômico-sociais, mas também morais, produto do projeto de modernidade, imposto pelas elites dirigentes brasileiras, figura entre as temáticas mais marcantes na abordagem do autor. Seu olhar oscilaria, contudo, entre duas posturas ideológicas distintas e contraditórias entre si. De um lado, como assinalou Antonio Candido, revelou-se um “inesperado observador da miséria, podendo, a seus momentos, denunciar a sociedade com um senso de justiça e uma coragem lúcida que não encontramos nos que se diziam adeptos ou simpatizantes do socialismo e do anarquismo (...)”.⁶ Mas, por outro, João do Rio associava a miserabilidade dos despossuídos à periculosidade, alimentando o estigma que estabelece uma estreita correspondência entre classes pobres e classes perigosas. Para compreendermos melhor o significado histórico de suas concepções, vou confrontá-las com as defendidas por dois outros importantes cronistas da época – Olavo Bilac (1865-1918)⁷ e Lima Barreto (1881-1922)⁸ – cujas

⁶ Antonio Candido, “Radicais de ocasião”, *Teresina etc.*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 89.

⁷ Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac era filho do médico Brás Martins dos Guimarães Bilac e de Delfina Bilac. cursou as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e de Direito de São Paulo, mas não se formou em nenhuma delas. Como a maior parte dos literatos da época, ganhava a subsistência através da atuação na imprensa e do ingresso no funcionalismo público. Participou ativamente dos movimentos republicano e abolicionista, na década de 1880. Envolveu-se na campanha contra a ditadura de Floriano Peixoto (segundo presidente republicano, 1891-1894), tendo sido obrigado a fugir do Rio. Autor de várias obras – poesias, contos, crônicas, romances, etc. – foi um dos principais representantes da poesia parnasiana no Brasil.

⁸ Afonso Henriques de Lima Barreto era filho do tipógrafo João Henriques de Lima Barreto e da professora primária Amália Augusta Barreto, ambos mestiços. Completados os primeiros estudos no Liceu de Niterói, Lima Barreto foi para o Colégio Pedro II. Em 1897, ingressou na Escola Politécnica de Engenharia, na qual, em 1902, iniciou a sua colaboração no periódico dos estudantes, *A Lanterna*. Após o enlouquecimento do pai e a quinta reprovação no curso de Mecânica, Lima Barreto abandonou a Escola de Engenharia, ingressando no funcionalismo público. Um dos mais importantes escritores brasileiros, pretendeu fazer de sua literatura um instrumento de transformação social, denunciando as desigualdades raciais e de classe que caracterizavam a sociedade em que viveu, bem como as arbitrariedades dos primeiros governos republicanos.

posições políticas, divergentes entre si, se distinguem das assumidas por João do Rio. Vejamos, pois, um pouco das trajetórias destes três escritores, para que possamos situá-los no campo intelectual brasileiro da virada do século XIX para o XX.

Apesar de sua formação nos melhores colégios da cidade, Paulo Barreto não conseguiu ingressar na carreira diplomática por ser “mulato e excessivamente afeminado”, segundo a avaliação do Barão do Rio Branco, na ocasião, Ministro das Relações Exteriores. Assim, decidiu-se pela carreira jornalística, que já havia iniciado em 1899, aos dezoito anos, quando começou a trabalhar no diário *Cidade do Rio*, de propriedade do ex-líder abolicionista, José do Patrocínio. Em 1903 passou a atuar na *Gazeta de Notícias*, um dos mais importantes jornais daquela época, onde publicou as famosas reportagens sobre “As religiões do Rio” (1904) e as entrevistas sobre literatura com quase todos os grandes escritores brasileiros vivos da época (1905) – transformadas em um livro em 1907 – que o conduziram, em 1910, à Academia Brasileira de Letras, com apenas trinta anos de idade.⁹ Foi na *Gazeta de Notícias* que começou a usar o pseudônimo “João do Rio”.

Profundamente inspirado pela obra do escritor irlandês Oscar Wilde (1854-1900),¹⁰ João do Rio ligou-se à corrente literária que se nutria esteticamente da degradação social, moral e política – vista como fruto dos padrões da modernidade excludente, característicos do desenvolvimento urbano em bases capitalistas – tomando a cidade do Rio como cenário privilegiado dos seus escritos. Crítico das reformas urbanas republicanas, que alcançaram o primeiro momento de apogeu nas administrações do presidente Rodrigues Alves (1902-1906) e do prefeito Pereira Passos (1903-1906), sua voz destoou do “coro de louvações do tipo ‘o Rio civiliza-se’, que saudava a urbanização e o saneamento como feitos suficientes”.¹¹

⁹ Já havia tentado o ingresso duas vezes (em 1905 e em 1907), sem sucesso. Foi o primeiro a entrar tão jovem para a ABL.

¹⁰ Adepto do esteticismo, Oscar Wilde defendia a perspectiva da arte pela arte. Criticou com aguda ironia as convenções sociais burguesas da Inglaterra vitoriana. Apesar de muito controverso, fez bastante sucesso como dramaturgo e escritor. Acusado de práticas homossexuais, foi processado pelo pai de seu jovem discípulo Alfred Douglas e condenado a dois anos de prisão (de 1895 a 1897). Entre seus mais famosos escritos está o romance *O retrato de Dorian Gray* (1891), traduzido por João do Rio e publicado no jornal carioca *A Noite*, em 1911.

¹¹ Antonio Candido, *op. cit.*, p. 90.

Apesar do sucesso editorial e da entrada na Academia Brasileira de Letras, João do Rio foi uma figura bastante controvertida no meio literário de seu tempo. A linguagem jornalística, que marca profundamente suas narrativas, confere à sua obra ritmos e tons característicos de certas tendências no interior do movimento modernista. Além disto, entre as temáticas privilegiadas em seus escritos figurava a degradação moral – vícios morais, tipos e comportamentos sexualmente pervertidos, etc. – como expressão da inspiração em Wilde. Estes, entre outros aspectos de sua obra, fazem-na objeto de rejeições e de restrições por parte dos que detinham o poder hegemônico na “República das Letras”, defendendo posturas literárias mais conservadoras.

A partir de 1919, com o ingresso de seu inimigo Humberto de Campos na Academia Brasileira de Letras, João do Rio deixou de frequentá-la. Sua morte, em 21 de junho de 1921, foi friamente recebida por aquela instituição, mas ao enterro teriam comparecido 100 mil pessoas.¹² Ao longo de toda a sua trajetória, conviveu com o sucesso e o reconhecimento – atuando na grande imprensa carioca e em revistas refinadas (como a *Kosmos*) e tendo seus livros publicados pela Garnier – mas também com a discriminação advinda dos estigmas de mulato e de homossexual e da desqualificação como dândi¹³ que pesavam sobre ele. Em um meio intelectual onde predominavam posturas antilusitanas – produzidas quer pela necessidade de se apagar o passado colonial, quer pela presença maciça dos imigrantes portugueses disputando o restrito mercado de trabalho carioca – suas posturas lusófilas eram vistas como interesseiras e duramente condenadas.

Nascidos em 1881, João do Rio e Lima Barreto viveram a mesma época e tiveram algumas experiências bastante parecidas. Embora suas origens sociais fossem distintas, pertencendo o segundo a um segmento mais pobre, ambos eram mulatos. A atuação na imprensa garantiu a Lima Barreto o complemento dos poucos recursos advindos do cargo de amanuense da Secretaria de Guerra. Em 1905, com a série de reportagens intitulada “Os subterrâneos do Morro do Castelo”, publicada no jornal *O Correio da Manhã*, o autor ini-

¹² Cf. Antonio E. Martins Rodrigues, *João do Rio: a cidade e o poeta – o olhar de flâneur na belle époque tropical*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000, p. 45.

¹³ Antônio Edmilson M. Rodrigues aponta o equívoco de se considerar João do Rio como exemplo de dandismo, afirmando ser ele um *flâneur*, cujo fascínio pela observação é associado “à idéia do flânar como perambular com inteligência, ou seja, liga-se não a uma atitude despreziosa, mas a uma atitude crítica (...)” (*Ibid.*, p. 17).

ciou uma sistemática colaboração em importantes jornais e revistas cariocas e também em periódicos anarquistas, tornando-se um dos melhores cronistas de sua época.

A capital republicana – os subúrbios cariocas e seus habitantes, o centro da cidade – revela-se como o tema central de suas crônicas. Nelas, o autor expressa claramente o compromisso com a militância política, explicitando o seu entendimento do papel social do intelectual e, neste ponto, distanciando-se bastante de João do Rio. Conforme salientou com propriedade Maria Alice Rezende de Carvalho, enquanto Lima Barreto “na descrição das feiras e mafuás não fazia concessões ao ‘culto do dicionário’ (...) buscando uma escrita que servisse *ao* popular”, João do Rio retratava “o universo desagregado” como uma “arte e uma moda, cujos benefícios estéticos se nutriam *do* popular”.¹⁴

Nas crônicas publicadas em *O Debate*, em 1917, Lima Barreto manifesta uma crescente simpatia pela Revolução Russa e assume posições políticas que o aproximam cada vez mais do anarquismo, como a defesa pública do direito de greve ou da luta contra a carestia.¹⁵ Em maio de 1918, publicou no *A.B.C.* o artigo que ficaria conhecido como seu “Manifesto Maximalista”, em que apresentava quatro propostas principais para a realização do máximo possível de reformas no Brasil: a revisão dos princípios da propriedade; o confisco dos bens das ordens religiosas, a extinção do direito de testar e o estabelecimento do divórcio. Assim, o autor colocava em xeque elementos que asseguravam, direta ou indiretamente, a manutenção e a reprodução da estrutura fundiária e da concentração de bens, responsáveis pelas desigualdades vigentes na sociedade brasileira. Sob a inspiração de certas vertentes do anarquismo, Lima Barreto critica em suas crônicas o militarismo e o patriotismo, distanciando-se, também aqui, das crenças e dos valores defendidos por João do Rio.

Mas, no que se refere à posição assumida diante das crescentes modificações do perfil da cidade, decorrentes das reformas urbanas realizadas dentro do espírito “o Rio civiliza-se”, no período posterior a Pereira Passos, a voz de Lima Barreto faz coro com a de João do Rio. Na crônica “O velho merca-

¹⁴ Maria A. Rezende de Carvalho, *Quatro vezes cidade*, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994, p. 39.

¹⁵ Denílson Botelho de Deus, “Letras militantes: história, política e literatura em Lima Barreto”, tese de Doutorado, PPGH-Unicamp, 2001.

do”, o segundo lamenta: “Que nos resta mais do Rio antigo, tão curioso e tão característico? Uma cidade moderna é como todas as cidades modernas”.¹⁶ No mesmo sentido, afirma Lima Barreto, na crônica “Megalomania”, publicada na revista *Careta* em 28 de agosto de 1920, a propósito do arrasamento do Morro do Castelo, na gestão do prefeito Carlos Sampaio: “Remodelar o Rio! Mas como? Arrasando os morros (...) Mas não será mais o Rio de Janeiro; será toda outra qualquer cidade que não ele.”

Uma das muitas características que marcam profundamente os romances e os contos deste último autor é o tom autobiográfico quase sempre presente. Mas, como bem observou Nicolau Sevckenko,¹⁷ o plano íntimo de sua obra encontra-se necessariamente referido à experiência dos “humilhados e ofendidos”. Assim, os registros autobiográficos, explícitos ou implícitos, traduzem sempre uma reflexão que parte do individual ou do particular para chegar ao coletivo ou universal. Coerente com o projeto de fazer da literatura uma missão comprometida com a crítica e a transformação social, Lima Barreto extrai de suas próprias vivências da discriminação social a substância para suas demolidoras avaliações da realidade em que viveu. Pobre, mulato e diagnosticado como alcoólatra, foi incansável na denúncia do caráter hierárquico, desigual e racista da sociedade republicana, bem como da arbitrariedade dos saberes científicos da época.

Bem diferente foi a trajetória de Olavo Bilac. Proveniente de uma família dos setores médios urbanos, gozou de muito prestígio no meio literário da época e foi, segundo Alfredo Bosi,¹⁸ o poeta que melhor representou as tendências conservadoras da Primeira República (1889-1930). Neste sentido, esteve sempre bem perto do poder estabelecido, participando oficialmente, por exemplo, de algumas missões diplomáticas. Em 1896, entrou para a Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira cujo patrono era Gonçalves Dias. Foi eleito “Príncipe dos Poetas Brasileiros”, em 1913, em concurso realizado pela revista *Fon!Fon!*.

Sua produção como cronista é bastante rica. Colaborador de um dos principais jornais cariocas da época, a *Gazeta de Notícias*, desde 1890, sete anos depois substituiu Machado de Assis na coluna de crônicas que este assinava

¹⁶ João do Rio, *Cinematógrafo*, Porto, Liv. Chardron, 1909, p. 215.

¹⁷ Nicolau Sevckenko, *Literatura como missão*, São Paulo, Brasiliense, 1983.

¹⁸ Alfredo Bosi, *História concisa da literatura brasileira*, São Paulo, Cultrix, 1987.

naquele periódico. Segundo Antonio Dimas, fez de suas crônicas um instrumento para “extirpar os vícios do corpo social”, utilizando um tom onde se mesclavam a piedade e a ironia.¹⁹ Como muitos intelectuais de sua época, teve contato com as idéias socialistas, chegando mesmo a se manifestar favorável ao levante russo de 1905, numa crônica intitulada “Domingo Sangrento”, na qual faz uma crítica contundente às posturas belicistas. Na década seguinte, contudo, aderiu à campanha pela defesa nacional, opondo-se à neutralidade do Brasil na I Guerra Mundial e em favor do serviço militar obrigatório. Em 1916, fundou a Liga de Defesa Nacional, junto com Miguel Calmon e Pedro Lessa.

Também nas crônicas de Bilac a cidade revela-se como uma das temáticas centrais. Ao contrário de João do Rio e de Lima Barreto, assume uma postura de total apoio ao projeto de modernização das elites dirigentes, expresso, por exemplo, nas obras de remodelação da cidade do Rio, empreendidas pelo Prefeito Pereira Passos e pelo Presidente Rodrigues Alves. As demolições realizadas neste período, conhecidas como “bota-abaixo”, são vistas como sinônimo de progresso, modernidade e civilização.

João do Rio, Lima Barreto e Olavo Bilac fizeram de suas crônicas um instrumento através do qual pretendiam intervir na sociedade, denunciando suas mazelas. Mas, se os três escritores partilhavam uma visão próxima acerca do papel do cronista, suas interpretações da realidade social e os projetos que formularam e/ou veicularam para modificá-la ou aprimorá-la possuíam conteúdos políticos fundamentalmente divergentes. Interessa-me aqui explorar as diferenças e as partilhas que marcaram estes registros de um mesmo tempo, a fim de apreender e compreender as tensões e os embates que marcaram o campo intelectual, diante do advento de uma modernidade que reproduzia e aprofundava o caráter desigual e excludente da sociedade brasileira da virada do século XIX para o XX.

A partir dos anos 1870 e, sobretudo, 1880, quando a questão servil se situava como central no âmbito das preocupações das classes dominantes brasileiras, começaram a ser forjadas as bases de uma nova ideologia, que servisse para legitimar a exploração dos trabalhadores juridicamente livres. Tratava-se, conforme assinalou Sidney Chalhoub, de construir uma nova éti-

¹⁹ Antonio Dimas, “Introdução”, Olavo Bilac, *Vossa insolência: crônicas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 16.

ca do trabalho: “(...) o conceito de trabalho precisava se despir de seu caráter aviltante e degradador característicos de uma sociedade escravista, assumindo uma roupagem nova que lhe desse um valor positivo (...).”²⁰ Tal *missão* foi efetivamente assumida por políticos, administradores, literatos e cientistas, que buscaram os mais diversos caminhos para redimir o trabalho, atribuindo-lhe características positivas, segundo os valores burgueses – lidos ou interpretados sempre de acordo com as especificidades das referências socioculturais da sociedade brasileira das últimas décadas do século XIX.

Para alguns, a degradação do trabalho era resultado da escravidão, entendida como instituição social que contaminou não apenas os escravos, mas os trabalhadores livres nacionais e até mesmo os imigrantes que aqui se haviam fixado, a partir da década de 1820, com as colônias criadas por D. Pedro I.²¹ Para outros, a desqualificação do trabalho encontrava-se mais explicitamente associada às características dos indivíduos que pertenciam às “raças” negra e mestiça, concebidas como inferiores que, degenerados e pouco afeitos ao trabalho, só produziam se coagidos por meio da violência. Esta vertente, nas suas múltiplas versões, embasaria o projeto de branqueamento que se constituiu em um dos fundamentos ideológicos da política imigrantista – cujos efeitos concretos, no processo de transformação das relações de trabalho, é bom lembrar, restringiram-se às áreas cafeeicultoras paulistas mais prósperas.

Claro que, na interseção destas duas perspectivas – contemplando em si mesmas diversas interpretações – e para além delas, muitas outras visões foram criadas e veiculadas. Embora as memórias construídas *a posteriori* tendam a apagar as disputas que marcaram as múltiplas leituras da realidade brasileira, com o objetivo de legitimar as que se sucederam como hegemônicas, cabe à história resgatar a pluralidade e o conflito na construção de interpretações sobre o Brasil e na formulação de projetos de (re)construção da nação, colocando, assim, em xeque a perspectiva que naturaliza as que foram vitoriosas como as únicas possíveis.

²⁰ Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 40.

²¹ As grandes levas de imigrantes que se destinavam, prioritariamente, às lavouras cafeeiras de São Paulo só começariam a chegar a partir de inícios dos anos 1870, com a imigração subvencionada por aquela Província.

Em uma crônica,²² onde Olavo Bilac aborda o episódio da Revolta da Vacina, ocorrida na cidade do Rio em novembro de 1904,²³ o trabalho é positivado através da imagem dos operários morigerados que empunhavam as “picaretas do progresso”, contraposta à figura dos capoeiras, “vagabundos” e “facínoras da Gamboa”. Estes, ao destruírem os postes de iluminação pública do centro da cidade, atacavam as “luzes da civilização” que “auxiliavam e animavam o trabalho”.

(...) os operários, tendo em vão tentado resistir às ameaças das *feras*, recolhiam à pressa as suas ferramentas: as enxadas, as picaretas, os martelos (...) Era o medo pânico do *trabalho* diante da *calaçaria amotinada*, era a fuga da *civilização* diante da *barbárie* vitoriosa. A tempestade soprava sobre as *colméias*, atirara-as por terra, onde as esmagavam as *patas da matuta* desenfreada; tontas e perdidas, as *abelhas* voavam em debandada; a *rapina* vencida a *indústria*; a *ferocidade* triunfava do *labor* (...).²⁴

Não é à toa que os operários eram os que trabalhavam nas obras de modernização da cidade – inseridos, pois, no projeto de construção de uma sociedade moderna e civilizada, de acordo com os padrões burgueses europeus. Estes são contrapostos aos trabalhadores da Gamboa que – reminiscências dos tempos passados – se revoltavam contra uma medida que integrava o projeto dos governos municipal e federal rumo ao *progresso* e à *civilização*. De acordo com a perspectiva de Olavo Bilac – certamente compartilhada por outros intelectuais brasileiros daquela época – o trabalho disciplinado, conforme os padrões burgueses e incluído em setores econômicos voltados para o progresso, *branqueia* e, portanto, *civiliza* os trabalhadores brasileiros, pouco importando a cor de sua pele. O pressuposto desta crença é o de que todas as

²² A crônica intitulada “Revolta da Vacina” foi originalmente publicada na *Gazeta de Notícias* de 20/11/1904 (Olavo Bilac, *Vossa insolência: crônicas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 252-259).

²³ Tratou-se, de fato, de vários movimentos contra a vacinação obrigatória, decretada por Oswaldo Cruz – então diretor da Saúde Pública – com características e objetivos bastante distintos, envolvendo segmentos da classe trabalhadora da região da Gamboa, que imprimiram à revolta um conteúdo popular, bem como intelectuais e militares positivistas, que se opunham ao governo Rodrigues Alves. Sobre esta importante revolta, vejam-se, por exemplo, as diferentes visões de Nicolau Sevcenko, *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*, São Paulo, Brasiliense, 1983; de José Murilo de Carvalho, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987; e, de Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

²⁴ Olavo Bilac, *op. cit.*, p. 254, grifos meus.

demais atividades de sobrevivência que se situassem fora do modelo burguês não fossem reconhecidas como trabalho. Tais atividades, inscritas nas débeis fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade, sinalizariam a presença da “desordem”, associada ao passado colonial e escravista, contraposta à ordem e ao progresso dos novos tempos republicanos.

No enfoque de Bilac, o trabalho é a “alegria” e a “resignação” dos pobres e, portanto, “uma segurança de tranqüilidade geral”. Assim, não são apreendidas as contradições da nova ordem em gestação. A miséria, a exploração e a ignorância, eram responsabilidade exclusiva da herança colonial e escravista. A sociedade burguesa era exaltada como livre de contradições, lugar do progresso. A visão positiva de tal sociedade em formação não era, contudo, partilhada por todos. Em Lima Barreto, por exemplo, a positivação da categoria trabalho é construída a partir de uma sólida e contundente crítica à sociedade burguesa então emergente no Brasil. Na crônica intitulada “No ajuste de contas” – publicada originalmente no periódico *A.B.C.* de 11 de maio de 1918 – onde o autor propõe as quatro medidas indispensáveis para dar início à Revolução Social no Brasil, às quais já me referi anteriormente, afirma:

A propriedade é social e o indivíduo só pode e deve conservar, para ele, de terras e outros bens tão-somente aquilo que precisar para manter a sua vida e de sua família, devendo todos trabalhar da forma que lhes for mais agradável e o menos possível, em benefício comum.²⁵

O trabalho moderado e prazeroso, fruto de uma organização social mais igualitária, solidária e, portanto, justa, é visto como um bem desejável.

Entre as concepções formuladas pelos que possuíam uma postura crítica diante das transformações da sociedade brasileira, existiram, ainda, as em que os esforços, no sentido de imprimir ao conceito de trabalho uma adjetivação positiva, estiveram freqüentemente marcados por contradições não apenas decorrentes das heranças socioculturais do recente passado escravista, mas também características dos referenciais ideológicos burgueses. Não se tratava, pois, simplesmente, de opor à idéia do trabalho como um mal – como um castigo, porque associado à escravidão – a percepção do trabalho como sinônimo de liberdade e, portanto, um bem, elemento indispensável para se alcançar a prosperidade e a cidadania. As imagens construídas e/ou veiculadas por João do Rio, nas crônicas analisadas, são um bom exemplo neste sentido.

²⁵ Lima Barreto, *Bagatelas*, São Paulo, Brasiliense, 1956, pp. 88-96.

Embora a valorização positiva do trabalho – qualificado como elemento redentor, associado à ordem e contraposto à miséria – não esteja ausente da narrativa deste escritor,²⁶ as associações que imprimem sobre o conceito uma alta carga de negatividade são bastante recorrentes. A idéia de que, na sociedade capitalista, é possível ascender socialmente, através do trabalho honesto e competente – um dos pilares da ética burguesa do trabalho – por exemplo, é expressamente contestada na crônica “O homem que queria ser rico”, através de uma afirmação que denuncia a relação de exploração entre capital e trabalho: “O trabalho honrado não dá fortuna a ninguém! Trabalhasse para não morrer de fome e enriquecer os outros. O negócio é tudo!”²⁷ Negócio, aqui, tem o sentido de negociata, estando estreitamente relacionado às “histórias de cavalheiros a que a advocacia administrativa dera fortuna, dos milionários ladrões do estado, das propostas aceitas com gordas comissões” e, portanto, à corrupção. Como veremos posteriormente, João do Rio critica a ascensão social meteórica através de formas pouco convencionais e irregulares de ganhar dinheiro, tão característica dos novos tempos.

Além disso, em duas de suas crônicas,²⁸ dedicadas à abordagem das condições de trabalho na estiva do porto do Rio e nos depósitos de manganês e de carvão e na pedreira da Ilha da Conceição, em Niterói, a constatação da superexploração do trabalho pelo capital leva justamente à depreciação do primeiro. Ao invés de fonte de vida, de dignidade e de riqueza, o trabalho compromete a saúde, produz a degeneração física e leva à morte, “escorcha e esmaga centenas de homens”.²⁹ O olhar de João do Rio apreende de forma aguçada e profunda os mecanismos de expropriação do trabalho em setores vitais da economia da cidade do Rio, nas primeiras décadas do século XX, através da imagem – bastante recorrente em sua narrativa – que identifica os trabalhadores com peças da engrenagem de uma grande máquina.

²⁶ Veja-se, neste sentido, por exemplo, a crônica “Os livres acampamentos da miséria” (João do Rio, *Vida Vertiginosa*, Paris, Garnier, 1911, pp. 141-152), publicada no jornal *Gazeta de Notícias* de 3 de novembro de 1908.

²⁷ João do Rio, *Vida Vertiginosa*, *op. cit.*, p. 303. A crônica foi publicada originalmente no jornal carioca *A Notícia* de 31 de outubro de 1909.

²⁸ *Idem*, “Os trabalhadores de estiva” e “A fome negra”, ambas publicadas originalmente no jornal *Gazeta de Notícias*, em 19 e 22 de junho de 1904, respectivamente (João do Rio, *A alma encantadora das ruas*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, DGDIC, 1987, pp. 107-111; 113-117).

²⁹ *Idem*, *A alma...*, *op. cit.*, p. 113.

Em uma crônica sobre a greve do gás, que, durante muitos dias, pôs a cidade do Rio às escuras, o escritor descreve as condições de trabalho na Companhia de Gás, comparando os trabalhadores a “pistons de uma enorme máquina”, saindo de uma “temperatura de ar livre, à chuva com frio ou calor, quase nus, para entrar numa temperatura de caldeira e de novo sair e tornar a entrar, sem parar, durante horas e horas (...)”.³⁰ Imagem semelhante é utilizada para descrever o movimento ininterrupto dos carregadores do porto: “(...) homens de braços nus saíam a correr de dentro da casa, atiravam o saco no saveiro, davam a volta à disparada, tornavam a sair a galope com outro saco, sem cessar, contínuos como a correia de uma grande máquina.”³¹ Aprisionados “pelo mecanismo de aços, ferros e carne humana”, transformados em “utensílio apropriado ao andamento da máquina”, os trabalhadores dos depósitos de manganês e de carvão e da pedreira da Ilha da Conceição “tornam-se autômatos com a teimosia de objetos movidos a vapor. Não têm nervos, têm molas; não têm cérebros, têm músculos hipertrofiados”.³² No mesmo sentido, os estivadores “ligavam-se aos guinchos; eram parte da máquina; agiam inconscientemente”.³³

A reificação, através da indissociação entre trabalhador e máquina, parece atualizar uma imagem bastante conhecida no universo ideológico da escravidão, sobretudo se considerarmos que, como o escravo, os trabalhadores braçais livres seriam explicitamente associados a coisas e a animais irracionais. Deste modo, por exemplo, os trabalhadores dos depósitos da Ilha da Conceição não “se distinguiam bem (...) das pedras do manganês”³⁴, assim como os trabalhadores da Companhia de Gás do Rio de Janeiro “eram como o coke, como os aparelhos de destilação, como os fornos (...)”.³⁵ Os primeiros são, ainda, caracterizados como “manada de homens”, “feras de uma *ménagerie*”.³⁶ Ao descrever as condições subumanas de uma das hospedarias

³⁰ João do Rio, *Cinematógrafo*, *op. cit.*, p. 200. A crônica foi publicada em 23 de maio de 1909, na *Gazeta de Notícias*, e incorporada à coletânea *Cinematógrafo*, com o título “Os humildes”.

³¹ *Idem*, *A alma...*, *op. cit.*, p. 108.

³² *Ibid.*, p. 114.

³³ *Ibid.*, p. 109.

³⁴ *Ibid.*, p. 115.

³⁵ *Idem*, *Cinematógrafo*, *op. cit.*, pp. 193-194.

³⁶ *Idem.*, *A alma...*, *op. cit.*, p. 113.

do centro da cidade do Rio, na crônica intitulada “Sono Calmo”,³⁷ o autor afirma: “A metade daquele gado humano trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores (...) Mais uma hora e acordaria para esperar no cais os batelões que a levassem ao cepo do labor, em que empedra o cérebro e rebenta os músculos”.³⁸

Se na ideologia escravista estas características seriam concebidas, frequentemente, como da natureza do escravo e/ou do negro, justificando, assim, sua escravização, em algumas vertentes do pensamento crítico do capitalismo, a reificação do trabalhador seria resultado das próprias condições de exploração às quais foi sujeito nas relações de produção capitalistas. Tal perspectiva – da qual João do Rio parece partilhar – denunciando a superexploração dos trabalhadores sob a lógica capitalista não compactua com a visão burguesa que atribui ao trabalho qualidades positivas, mas, ao mesmo tempo, desqualifica o trabalhador, imputando-lhe a inconsciência e a barbárie. Conforme é possível observar nos exemplos citados, o trabalho desqualificado pela exploração é o braçal, que embrutece os homens, retirando-lhes a capacidade intelectual.

À atrofia do intelecto correspondia a atrofia da moral da classe trabalhadora. Na crônica “Os tatuadores”, João do Rio divide os “atrasados morais” (qualificação dos indivíduos que se tatuavam) em duas categorias: “a camada que trabalha braçalmente, os carroceiros, os carregadores, os filhos dos carroceiros” e a “outra, a perdida (...) o oceano da malandragem e da prostituição”.³⁹ Perspectiva que se revela mais abrangente numa outra crônica, onde afirma que, em termos de moral, não deveríamos ser “excessivos com os humildes”, citando os seguintes versos de *La Romera de Santiago*, de Vélaz de Guevara: *Estos son algunos hombres/De obligaciones, que pasan/Necesidad, y procuran/De esta suerte remediarla/Saliendose a los caminos (...)*.⁴⁰ No mesmo sentido, afirma, em “Os mendigos”, que nada se poderia exigir dos homens com fome, pois “não pode haver honestidade no zero”.⁴¹ Aqui, torna-se

³⁷ *Ibid.*, pp. 119-124. A crônica foi publicada, pela primeira vez, na *Gazeta de Notícias* de 10 de junho de 1904.

³⁸ *Ibid.*, p. 123.

³⁹ João do Rio, *A alma...*, *op. cit.*, p. 32. A crônica foi publicada originalmente com o título “A tatuagem no Rio”, na revista *Kosmos*, de novembro de 1904.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 24. A crônica foi publicada originalmente com o título “Profissões exóticas”, na *Gazeta de Notícias* de 6 de agosto de 1904.

⁴¹ João do Rio, *No tempo de Wencesláo...*, Rio de Janeiro, Ed. Villas-Boas & Cia., 1917.

evidente a presença de uma concepção que, disseminada nos meios políticos, administrativos e intelectuais brasileiros, a partir de fins dos anos 1880, tendia a apagar as fronteiras entre “classes pobres” e “classes perigosas”.⁴²

Mas afinado mesmo com as versões mais oficiais desta associação estava Olavo Bilac. Em sua crônica intitulada “Metrópole dos desocupados”, publicada na *Gazeta de Notícias* de 21 de junho de 1903, o trabalho, contraposto à “ociosidade do pobre” é visto como o remédio mais eficaz contra os “pequenos crimes” – alcoolismo, roubo e assassinato – “tão comuns nos bairros pobres, nas zonas da cidade que servem de residência à rude gente de trabalho”.⁴³ Em outra crônica, onde trata do problema da prostituição infantil nas ruas da cidade do Rio do final do século XIX, Bilac acaba por afirmar para a criança pobre o destino inexorável da exploração e dos maus-tratos e, conseqüentemente, do crime e da “perdição”, condenando-a à morte: “(...) talvez a sorte melhor que se possa desejar hoje em dia a uma criança pobre – seja uma boa morte, uma dessas generosas mortes providenciais (...)”.⁴⁴

A associação entre pobreza e delinquência não ficaria, contudo, restrita ao universo ideológico dos segmentos da classe dominante, sendo ao mesmo tempo e contraditoriamente incorporada e rejeitada pelas classes trabalhadoras. Na história da lavadeira D. Felismina e de seu filho Zeca, narrada por Lima Barreto no conto “O moleque”, encontramos um exemplo neste sentido. Quando a mãe de Zeca o viu com a fantasia de diabo, que havia ganhado do coronel Castro, “(...) ficou subitamente cheia de más suspeitas (...). Uma visão dolorosa lhe chegou aos olhos, da casa de detenção, das suas grades, dos seus muros altos... Ah! meu Deus! Antes uma boa morte!... (...) – Você roubou, meu filho?... Zeca, meu filho! Pobre sim; mas ladrão, não!”.⁴⁵

⁴² Segundo Sidney Chalhoub, tal concepção foi expressa explicitamente não por acaso no debate parlamentar ocorrido na Câmara dos Deputados do Império do Brasil, em maio de 1888, poucos dias após a promulgação da lei que aboliu a escravidão. E teria sido inspirada no livro de M. A. Frégier, alto funcionário da polícia francesa, sobre as “classes perigosas” nas grandes cidades (1840), onde o autor não consegue distinguir de forma precisa os limites que separavam tais classes do universo da pobreza (Sidney Chalhoub, *Cidade febril, op. cit.*).

⁴³ Olavo Bilac, *op. cit.*, p. 237.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 309. A crônica foi publicada, originalmente, na *Gazeta de Notícias* de 14 de agosto de 1894.

⁴⁵ Lima Barreto, *Histórias e Sonhos*, Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 2001, p. 40. A primeira edição da coletânea saiu em 1920 pela Livraria Editora de Gianlorenzo Schettino.

No perfil de Zeca, esboçado por Lima Barreto, um dos traços mais marcantes é justamente a honestidade, expressa, por exemplo, através de sua preocupação em ser um “bom filho”, diferenciando-se de Carlos, “mau filho”, “que furtava o próprio pai”. Em toda a obra do escritor é possível apreender uma perspectiva muito clara no sentido de questionar a associação entre “classes pobres” e “classes perigosas”, produzida e veiculada pela ideologia dominante, ao criar personagens que, como Zeca e sua mãe, reivindicam, através de atos e/ou palavras, a existência de fronteiras bem definidas entre o “pobre” e o “ladrão”. Conforme observou Sidney Chalhoub, Lima Barreto denunciou com perspicácia a estratégia de controle social, pautada na “‘teoria’ da suspeição generalizada – essência da expressão ‘classes perigosas’”:⁴⁶ “A polícia, não sei como e por quê, adquiriu a mania das generalizações, e as mais infantis. Suspeita de todo sujeito estrangeiro com nome arrevesado, assim, os russos, polacos, romaios são para ela forçosamente cáftens; todo cidadão de cor há de ser por força malandro (...)”.⁴⁷

Voltemos às concepções de João do Rio acerca da ausência da capacidade intelectual, que, além da atrofia moral, era, segundo o jornalista, responsável também pela transformação dos trabalhadores braçais em seres inconscientes ou semiconscientes e, por isto, resignados. “Homens vindos ao mundo só para fazer estrume”, segundo uma expressão de Dante, os trabalhadores de um modo geral – “carroceiros, lavradores e operários” – são “coisa, pó, nada” e “morrem, muito anonimamente, com uma resignação inconsciente” em “A horrível tragédia”, crônica publicada no jornal *O Paiz*, de 29 de julho de 1916.⁴⁸ Opondo-se à ótica da polícia, segundo a qual os estivadores em greve eram “criaturas ferozes”, João do Rio via neles apenas “fisionomias resignadas”.⁴⁹

Na crônica “O último burro”, o animal “doce e resignado” que “não tem instintos revoltados” é, para João do Rio, “o maior símbolo de uma paciente aglomeração existente em toda parte e a que chamam povo – povo batido de cocheiros, explorado por moços de cavalaria, a conduzir malandros e

⁴⁶ Sidney Chalhoub, *Cidade febril*, *op. cit.*, p. 24.

⁴⁷ Lima Barreto, “O cemitério dos vivos”, *Prosa seleta*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2001, p. 1444.

⁴⁸ João do Rio, *No tempo...*, *op. cit.*, p. 124.

⁴⁹ *Idem*, *A alma...*, *op. cit.*, p. 107.

idiotas, carregado de cargas e de impostos”.⁵⁰ Como observou Maria Alice de Carvalho⁵¹, muitos dos intelectuais cariocas que manifestaram posturas críticas em relação aos projetos de modernização da sociedade brasileira, profundamente excludentes, comungavam um mesmo sentimento de descrença em relação à capacidade de resistência do povo brasileiro, ou das classes trabalhadoras. E, deste modo, ajudaram a atualizar e disseminar a imagem do povo conformado e pacífico. Nem mesmo Lima Barreto escaparia deste papel, quando, no artigo “São Paulo e os estrangeiros”,⁵² por exemplo, condenou o silêncio diante da repressão dos operários paulistas que participaram da greve de 1917: “(...) realizando-se toda essa vergonha ... perante o povo ‘bestializado’, calado de medo ou por estupidez (...)”.⁵³

Contudo, em outros momentos, Lima Barreto revela refinada argúcia para apreender as complexas e contraditórias relações entre submissão, negociação e conflito em vivências cotidianas da dominação. Em um de seus melhores contos, intitulado “O filho de Gabriela”, aparecem alguns exemplos expressivos neste sentido. Gabriela trabalhava como criada na casa de Laura, esposa do Conselheiro Calaça. Seus modos indicavam sujeição, até que a patroa não lhe dá permissão para levar seu filho ao médico e ela a enfrenta com coragem e determinação. Terminado o embate, Gabriela, mesmo tendo sido perdoada por Laura e assumindo uma postura “humilde”, decide-se a ir embora do emprego, apesar das súplicas da patroa para que ficasse. Procura nova ocupação desesperadamente, mas recusa-se a cozinhar, lavar e servir de ama ao mesmo tempo, “se fizer uma coisa não quero fazer outra”.⁵⁴ Apesar das dificuldades que passa, chegando até mesmo a prostituir-se para garantir a sua sobrevivência e a do filho, Gabriela não se submete a certas condições de exploração, nem pede seu emprego de volta à antiga patroa.

⁵⁰ *Idem, Vida vertiginosa, op. cit.*, p. 329. A crônica foi publicada no jornal *A Notícia*, de 5 de setembro de 1909.

⁵¹ Maria Alice Resende de Carvalho, *op. cit.*

⁵² Publicado originalmente em *O Debate*, de 13 de outubro de 1917.

⁵³ Lima Barreto, *Marginália: artigos e crônicas*, São Paulo, Brasiliense, 1956, pp. 206-207. Uma análise crítica desta perspectiva, bastante corrente na época, foi realizada por José Murilo de Carvalho, através do argumento de que o povo não era bestializado, mas sim bilontra, já que plenamente consciente dos limites de participação e representação extremamente restritos da política institucional do regime republicano recém-implantado (José Murilo de Carvalho, *op. cit.*).

⁵⁴ Lima Barreto, *Histórias e Sonhos, op. cit.*, p. 1114.

No conto “O moleque”, os conflitos de classe assumem também um conteúdo racial e, mais uma vez, a abordagem de Lima Barreto busca dar conta das múltiplas e complexas dimensões das experiências da dominação. D. Felismina, “uma preta de meia-idade”, e seu filho Zeca eram protegidos por um vizinho que possuía uma situação financeira melhor, o coronel Castro, e que insistia na necessidade de o menino estudar. Mas a mãe sempre argumentava que, apesar de reconhecer a importância do estudo, não poderia ficar sem o Zeca, que era quem levava e trazia a roupa que ela lavava e fazia as compras necessárias, era, enfim, seu “braço-direito” na luta pela sobrevivência. O coronel então convidou-a para morar em sua casa e viver com mais conforto, mas ela recusou. O apego de D. Felismina à sua casa – fosse uma choupana, um rancho ou um barracão – era comum à “gente de cor”, traduzindo “uma espécie de protesto de posse contra a dependência da escravidão que sofreram durante séculos”.⁵⁵

Embora mais forte e recorrente do que na narrativa limiana, a imagem do conformismo não apagaria, nas crônicas de João do Rio, o registro do conflito e das mais diversas formas de resistência à dominação. Um exemplo de esperteza, como expressão de enfrentamento das práticas repressivas, é o do marinheiro Joaquim, mencionado na crônica “Os tatuadores”, anteriormente referida, que tinha um Senhor crucificado tatuado no peito e uma cruz nas costas: “Quando sofre castigo, os guardiões (*sic*) sentem-se apavorados e sem coragem para sová-lo”.⁵⁶ As relações entre patrões e empregados domésticos também foram assunto de uma crônica de João do Rio, intitulada “A crise dos criados”. Nela são mencionadas algumas estratégias de resistência, como, por exemplo, a da espanhola, que cobrava pelo casal 80\$000, cada cabeça a mais, 10\$000, e, quando houvesse visitas, uma gratificação, ou de uma outra empregada, “que impunha como condições o jantar às 4 ½ da tarde e levar a comida para o ‘seu homem’ que a viria buscar”.⁵⁷

João do Rio daria conta também em suas crônicas de outras formas de luta contra a dominação, através, por exemplo, das referências à organização dos trabalhadores e aos movimentos grevistas. Em sua avaliação, a União dos Operários Estivadores foi responsável pela reunião dos trabalhadores em tor-

⁵⁵ *Ibid.*, p. 37.

⁵⁶ João do Rio, *A alma...*, *op. cit.*, p. 32.

⁵⁷ João do Rio, *Vida vertiginosa*, *op. cit.*, p. 104. A crônica foi publicada pela primeira vez com o título “As 96 / Carta sobre um suplício moderno e carioca”, *A Notícia* de 12/12/1909.

no de um “sentimento de classe”, possibilitando que lutassem contra a exploração a que eram submetidos, trabalhando “por três mil-réis dez horas de sol a sol”. O cronista coloca-se numa posição favorável ao movimento grevista dos trabalhadores da estiva. Um deles declara a João do Rio:

– O problema social não tem razão de ser aqui? Os senhores não sabem que este país é rico, mas que se morre de fome? (...) O capital está nas mãos de um grupo restrito e há gente demais absolutamente sem trabalho. Não acredite que nos baste o discurso de alguns senhores que querem ser deputados. Vamos claro e, desde que se começa a ver claro, o problema surge complexo e terrível. A *grève*, o senhor acha que não fizemos bem na *grève*? Eram nove horas de trabalho. De toda a parte do mundo os embarcações diziam que o trabalho da estiva era só de sete!⁵⁸

A concepção segundo a qual a questão social era de polícia, que norteou a maioria das ações governamentais em relação ao movimento operário na chamada República Velha (1889-1930), é, portanto, colocada em xeque pela voz do trabalhador que, aliás, revela plena consciência do embuste dos discursos eleitoreiros e da sua excessiva e ilegítima exploração. Mas, nos depósitos de manganês e de carvão e nas pedreiras da Ilha da Conceição, a situação era diferente. Apesar de os trabalhadores revelarem consciência da exploração a que eram submetidos, quando João do Rio lhes pergunta por que não reivindicavam a diminuição das horas de trabalho: “As pás caíram bruscas. Alguns não compreendiam, outros tinham um risinho de descrença. – Para quê, se quase todos se sujeitam?”⁵⁹

Para João do Rio, a greve era um sinal de progresso e de modernidade, pois representava uma forma de luta de trabalhadores que *já* haviam alcançado a consciência. Neste sentido, afirma, na crônica “Os humildes”, que o movimento grevista era “(...) *ainda* uma anomalia entre nós, quando a exploração do capital é um fato tão negro como na Europa. Mas é que lá os humildes começam a se reconhecer e aqui eles ainda são tão pobres, tão tímidos, carne de bucha da sociedade (...)”.⁶⁰ Além de expressar uma visão evolucionista, o uso da palavra “ainda” traduziria uma perspectiva que vislumbrava a viabilidade de reformas no próprio sistema capitalista, tornando-o “mais humano” e “menos desigual”, a partir da organização e da luta do

⁵⁸ *Idem, A alma...*, *op. cit.*, p. 110.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 117.

⁶⁰ *Idem, Cinemathografo, op. cit.*, p. 201. Grifo meu.

operariado? E, contrariando a visão pessimista em relação às classes trabalhadoras e ao futuro da nação brasileira, anteriormente mencionada, uma expectativa de que os trabalhadores brasileiros chegassem lá? A posição de João do Rio parece vacilar entre a crença e a descrença, ao se referir, nesta mesma crônica, ao isolamento de “um desses devotados”, “possuído de vontade fraternal de melhorar a sorte dos companheiros”, que falava de “emancipação do operariado” como “um homem ao mar”. Sem o apoio dos companheiros, objeto da vigilância do patrão e da polícia, rotulado como “anarquista infame”, não chegará a se constituir em liderança de sua classe, avalia o cronista. Por outro lado, o sentido político da greve, como forma de romper a invisibilidade do explorado e da exploração, é apreendido de forma surpreendente por João do Rio neste mesmo texto:

Quando pensou a cidade que havia, com efeito, por traz daquela sinistra fachada do Gás, homens a suar, a sofrer, a morrer para lhe dar a luz que é civilização e conforto? Quando esses homens desesperados largaram as pás, enxugaram o suor da fronte e não quiseram mais continuar a morrer, que idéia fazia a cidade (...) daquele bando de homens, negros da lama do carvão e do suor (...)? Nenhuma.⁶¹

Através de suas crônicas, Lima Barreto expressou apoio aos movimentos grevistas de 1917 em São Paulo e de 1918 no Rio de Janeiro. Em 30 de novembro de 1918, publicou no *A.B.C.* um artigo intitulado “Da minha cela” – escrito quando se achava internado no Hospital Central de Exército⁶² – onde se manifesta solidário aos grevistas. Conforme observou Francisco de Assis Barbosa,⁶³ Lima Barreto havia desvendado as estratégias do discurso que condenava a greve, veiculado pelas autoridades públicas e pela própria imprensa. Assim, nas anotações que serviram de base para a redação da crônica acima referida – registradas em seu *Diário Íntimo* – apreende a estrutura narrativa dos artigos contrários à greve – que pareciam “ditados pelo chefe de polícia” – veiculados pelos jornais:

a) acoiar de estrangeiros os anarquistas, e exploradores dos operários brasileiros; b) debochar os seus propósitos e inventar mesmo alguns bem repugnantes e infames; c) exaltar a doçura e o patriotismo do operário brasileiro; d)

⁶¹ *Ibid.*, pp. 193-194.

⁶² Lima Barreto, *Bagatelas*, *op. cit.*, pp. 97-106.

⁶³ Francisco de Assis Barbosa, *A vida de Lima Barreto*, 6ª Ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.

julgar que eles têm razão nas suas reivindicações; que a dinamite não deve ser empregada, etc.; que devem esperar, pois a câmara vai votar o código de trabalho, etc., etc.⁶⁴

Os exemplos até aqui analisados me parecem suficientes para indicar três posicionamentos distintos e, às vezes, conflitantes em relação às transformações no mundo do trabalho em meio ao processo de construção de uma sociedade burguesa no Brasil. Neste sentido, a postura de João do Rio situa-se num lugar bastante crítico, embora, a meu ver, não chegue a romper com a cumplicidade em relação aos progressos da modernidade capitalista. Esta é vista como o “tempo do trabalho”.⁶⁵ Mas este trabalho não enriquece, como vimos, embora os novos tempos sejam caracterizados pelas possibilidades de ascensão social meteórica:

Imigrantes, chegados sem roupa e sem nickel, são milionários. (...) O meu engraxate de há cinco anos – ontem! (...) tem uma fortuna de oitocentos [contos] (...) Trata todos, inclusive eu, como se fossem seus lacaios. Um copeiro da minha família (...) Ganhou já duzentos contos em construções.⁶⁶

No capitalismo é o dinheiro que vale e não a tradição: “Aperto (...) a mão aos cocheiros, aos motoristas, ao meu criado de quarto, aos garçons de restaurante. Todos serão meus iguais sociais em breve, elevados pelo Dinheiro”.⁶⁷

Aqui talvez possamos compreender melhor a posição de João do Rio diante da nova organização social que se esboçava, desqualificada porque colocava em xeque as desigualdades sociais pautadas na tradição e na educação. A suposta escassez de empregados domésticos na cidade do Rio, em fins da década de 1900, é vista como um fenômeno característico das grandes cidades dos novos países americanos, onde “o criado é criado de passagem”, enquanto na Europa, “o criado é sempre criado”. A condição de criado é transitória também em função do fato de que os “servos modernos” rejeitam a “dependência doméstica”.

A perspectiva crítica do cronista em relação à modernidade é formulada também, como vimos, quando desnuda os *outros lados* do progresso, denunciando a superexploração do trabalho pelo capital, a opressão da necessi-

⁶⁴ Lima Barreto, *Prosa Seleta*, *op. cit.*, p. 1324.

⁶⁵ João do Rio, *Vida vertiginosa*, *op. cit.*, pp. 223-224.

⁶⁶ *Ibid.*, pp. 109-110.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 110.

dade de sobreviver, a competição no restrito mercado de trabalho e o desemprego – agravados pela presença maciça dos imigrantes e pelos avanços técnicos que extinguíam antigos ofícios. A instabilidade no emprego também não escaparia ao olhar arguto de Lima Barreto. Em “O caso do mendigo”, por exemplo, argumenta que os operários possuem o hábito de economizar, advindo do fato de que “nem sempre têm serviço constante”.⁶⁸

A visão de Olavo Bilac é bem mais otimista. Os problemas de desemprego na cidade do Rio seriam decorrentes da covardia do capital e das más administrações: “O Dinheiro (...) não se animava a circular, e dormia improdutivo nos bancos, nas caixas econômicas, nos pés-de-meia bolorentos. As ruas não se calçavam nem varriam. (...) Quando o Capital se acovarda, o Trabalho morre”.⁶⁹ O Rio transformava-se numa “metrópole dos desocupados” – título da crônica – que vagavam “tristes” pelas ruas da cidade. Mas, com o advento das administrações Rodrigues Alves no plano federal e Pereira Passos no municipal, o trabalho ressuscitado cumpria o seu papel regenerador: “Agora, já (...) não há operários bastantes para a tarefa (...) E os operários andam contentes, porque lhes sobra o trabalho cá fora, e já não lhes minguia a comida no lar”.⁷⁰

A partir de uma perspectiva profundamente divergente em relação à de Bilac, João do Rio continua descortinando o *outro lado* do progresso, ao se referir às “profissões da miséria”, na crônica intitulada “Pequenas Profissões”.⁷¹ Trapeiros, apanha-rótulos, selistas, caçadores, ledoras de *buena dicha*, ratoeiros, apanhadores de papéis, de cavacos e de chumbo, marcadores ou tatuadores, enfim, “todos esses pobres seres vivos tristes” que “vivem do cisco”, “que apanham o inútil para viver”. “Inconscientes aplicadores à vida das cidades daquele axioma de Lavoisier: nada se perde na natureza”, sobrevivem através de atividades que “constituem o progresso, a dor, a miséria da vasta Babel” na qual se transformava a cidade do Rio.⁷²

Descrevendo o perfil social dos habitantes do Morro de Santo Antônio, o cronista identifica estratégias de sobrevivência utilizadas por homens

⁶⁸ Lima Barreto, *Bagatelas*, *op. cit.*

⁶⁹ Olavo Bilac, *op. cit.*, p. 234.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 235.

⁷¹ Publicada originalmente na *Gazeta de Notícias* de 6 de agosto de 1904, com o título “Profissões exóticas”.

⁷² João do Rio, *A alma...*, *op. cit.*, pp. 24 e 27.

e mulheres desempregados, que descem “à cidade” – o morro é caracterizado como “um outro mundo”, “uma outra cidade” – para “arranjar algum cobre”, apanhando “fitas nas casas de móveis, amostras de café na praça – ‘troços por aí!’”.⁷³ Mas tais atividades não são reconhecidas por João do Rio como trabalho e nem vistas como decorrentes do desemprego. Apesar de os entrevistados afirmarem ser operários que estavam parados, o escritor insiste em dizer explicitamente que não eram operários. Além disso, o modo de vida daquela população é caracterizado como uma opção: “(...) imaginei chegar de uma longa viagem a um outro ponto da terra, de uma corrida pelo arraial da sordidez alegre, (...) com a visão (...) das caras daquele povo vigoroso, refestelado na indigência em vez de trabalhar, conseguindo bem no centro de uma grande cidade a construção inédita de um acampamento de indolência, livre de todas as leis”.⁷⁴

Por um lado, a visão do autor está impregnada por uma perspectiva idealista e romantizada, contraditória em relação às suas próprias percepções dos mecanismos de expropriação do trabalho pelo capital, ao considerar a miséria e a indigência como uma escolha. Por outro, seu enfoque não deixa de revelar atitudes que traduzem formas de recusa do trabalho disciplinado. Mas esta recusa adquire um conteúdo mais do que conservador, reacionário, na crônica “A crise dos criados”:

De um lado os criados negros que a abolição estragou dando-lhes a liberdade. Inferiores, alcoólicos, sem ambição, num país onde não é preciso trabalhar para viver, são (...) o bagaço da canalha. De outro os imigrantes, raças fortes (...) Como ter criados? Os negros não trabalham porque não precisam. Os brancos têm ambições demais, estão temporariamente na profissão de criados.⁷⁵

O outro lado do progresso aparece ainda esboçado através das reflexões em torno das continuidades nas novas formas de exploração e de controle dos trabalhadores e da denúncia das condições de miséria e de opressão sob as quais viviam. Um exemplo é o tipo de relação de trabalho na pedreira e nos depósitos de manganês e de carvão da Ilha da Conceição: “Trabalha-se dez horas por dia, com pequenos intervalos para as refeições, e ganha-se cinco mil-réis. Há, além disso, o desconto da comida, do barracão onde

⁷³ *Idem, Vida vertiginosa, op. cit.*, p. 149.

⁷⁴ *Idem, A alma..., op. cit.*, p. 152.

⁷⁵ *Idem, Cinemathografo, op. cit.*, pp. 108-109.

dormem (...).⁷⁶ Quase prisioneiros na ilha da “fome negra” – a maioria de origem portuguesa, “ignoram absolutamente a cidade, o Rio; limitam o Brasil às ilhas do trabalho” – estes trabalhadores eram explorados duplamente, através da péssima remuneração e do desconto do custo – determinado pelo patrão – da moradia e da comida, de péssima qualidade. Relações de trabalho não capitalistas, mas que alimentam, sem contradições, a construção de uma sociedade burguesa no Brasil.

A imagem de prisioneiros na “ilha do trabalho”, associada à presença de um feitor, o Correia, que os mantinha sob estrita vigilância, leva os leitores da crônica “A fome negra” a aproximarem os trabalhadores da condição cativa, então já extinta no Brasil. A associação das relações de trabalho, que se disseminavam em meio ao processo de modernização das principais cidades brasileiras, com formas coercitivas de trabalho, é recorrente nas crônicas do autor. Em “A horrível tragédia” – publicada em *O Paiz* de 29 de julho de 1916 – o cronista narra o acidente do pedreiro Candido Isaias, o Candinho, que ficou soterrado no fundo de uma cisterna na cidade de São Paulo. Como “qualquer *fellah*” (grifo meu), Candido “desceria com a sua pá, a sua caçamba, e endureceria as paredes por qualquer dez tostões diários”.⁷⁷ Caracteriza a exploração dos trabalhadores da Companhia de Gás da cidade do Rio, das pedreiras e dos depósitos da Ilha da Conceição e dos muitos Candidos Isaias que existiam pelo Brasil afora, como característica de “regimes que seriam o inferno para os servos da gleba da idade média”.⁷⁸

O outro lado da modernidade desvendado por João do Rio revelava, assim, as permanências que imprimiam um determinado conteúdo político à ordem e ao progresso que os governos republicanos vinham tentando impor de cima para baixo. “Perambulando com inteligência”, registrou os sinais mais expressivos destas transformações nas ruas da cidade do Rio, colocando-se explicitamente contrário ao projeto conservador de modernização, desigual e excludente, onde velhas estratégias de exploração e de controle social eram atualizadas e travestidas sob a capa do progresso e da civilização de conteúdo burguês.

Para Lima Barreto, o advento dos novos tempos modernos representou uma perda para a classe trabalhadora, já que a onda republicana da ordem

⁷⁶ *Idem, A alma..., op. cit.*, p. 114.

⁷⁷ *Idem, No tempo..., op. cit.*, p. 126.

⁷⁸ *Idem, Cinemathografo, op. cit.*, p. 198.

e do progresso arrastou também os frutos de séculos de resistência dos dominados. Neste sentido, num diálogo entre Gonzaga de Sá e Augusto Machado – personagens do belíssimo romance *Vida e morte de Gonzaga de Sá* (publicado originalmente em 1919) – o primeiro diz que “os moços fizeram mal em destronar os antigos”. Os que vieram depois desconhecem os

(...) quatrocentos anos de história [que deram] força e direitos [aos dominados]: Resumindo – continuou Gonzaga – vocês arranjam novos dominadores, com os quais vocês não se poderão entender nunca; e expulsaram os antigos com os quais, certamente, se viriam a entender um dia. Erraram, e profundamente.⁷⁹

Os novos tempos republicanos reatualizaram velhas fórmulas coercitivas de controle social. Na crônica “A questão dos ‘povoeiros’”, por exemplo, afirma o escritor: “(...) pouco a pouco (...) nos estados mais longínquos (...) e no próprio Rio de Janeiro, capital da República, a autoridade (...) procura abandonar os meios estabelecidos em lei e recorre à violência (...) ao chicote (...) e outros processos torquemadescos e otomanos”.⁸⁰

Por outro lado, o escritor apreendeu com clareza o caráter elitista e desigual da modernidade republicana, expresso, por exemplo, nas inúmeras imagens onde o centro “civilizado” se contrapõe aos hábitos e aos valores de outros tempos característicos do subúrbio, marcando a hierarquização do espaço urbano. Nas ruas elegantes da cidade, coloridas pelas “luzes do progresso”, a população pobre e miserável é constrangida a sentir-se fora do lugar ou a assumir uma identidade anônima, como no caso do “titio Arrelia”, motorneiro que conduzia o bonde de Cascadura ao Largo de São Francisco.⁸¹ Ao longo do percurso, o protagonista vai mudando seu comportamento, passando das atitudes irreverentes e brincalhonas nas ruas dos subúrbios à sobriedade do profissional que conduzia o bonde – um dos símbolos do progresso – pelas ruas centrais da cidade.

Outra, no entanto, seria a postura de Olavo Bilac, a quem só interessava ressaltar, em suas crônicas, o lado luminoso do progresso. Os “cancros so-

⁷⁹ Lima Barreto, *Vida e morte de Gonzaga de Sá*, São Paulo, Ática, 1997, pp. 95-96.

⁸⁰ *Idem*, *Marginalia*, *op. cit.*, p. 27.

⁸¹ A crônica intitulada “De Cascadura ao Garnier”, publicada originalmente na revista *Careta*, de 29 de julho de 1922, foi objeto de excelente análise de Margarida de S. Neves (“O Povo na rua: um ‘Conto de duas cidades’”, Robert M. Pechman, *Olhares sobre a cidade*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1994, pp. 135-155).

ciais” – a miséria, a prostituição de mulheres e crianças, etc. – quase sempre identificados como heranças dos velhos tempos, que não puderam ser eliminados pela ação do “progresso”, deveriam ser ocultados: “Com um milhão de raios! quem tem a desgraça de possuir dentro do organismo um cancro incurável – não podendo extirpá-lo, trata ao menos de o esconder, por higiene, por decência, por pudor!”⁸² Não poderia haver maior sintonia com o projeto de modernização dos primeiros governos republicanos.

Três leituras distintas da modernidade às quais correspondiam três diferentes projetos de construção de uma nova ordem na sociedade brasileira da virada do século XIX para o XX. Crítico arguto dos altos preços sociais pagos pelo conjunto da população urbana por um progresso que beneficiava a muito poucos, João do Rio rejeitava os excessos da exploração e da dominação capitalistas. Aspirava, assim, a uma sociedade onde os benefícios da modernidade – que o seduziam profundamente – fossem mais socializados e a exploração do trabalho respeitasse os limites conquistados pelos próprios trabalhadores. Como grande parte dos literatos de sua época, criticou com veemência alguns dos valores burgueses essenciais, como, por exemplo, o arrivismo, o poder do dinheiro, a idéia de que o trabalho enriquecia e dignificava o homem, etc. Mas, como cronista, jamais abriu mão do posto de observador, distante dos personagens que protagonizaram seus escritos, cujo olhar permaneceu sempre impregnado de valores aristocráticos que, em última análise, legitimavam a hierarquia social. Diferentemente, Lima Barreto, oscilando entre a posição de observador e de observado, ao mesmo tempo distante e próximo de seus personagens e de suas problemáticas, buscava romper de forma radical com os referenciais ideológicos que sustentavam e aprofundavam a desigualdade e a discriminação sociais como marcas fundamentais da realidade brasileira. Os novos tempos que desejava ardentemente ajudar a construir, através de sua literatura, eram tempos de mudanças profundas, que apontavam para o fim da exploração e da dominação. Por fim, Olavo Bilac, concebendo o papel do intelectual como o que, de sua torre de marfim, deveria guiar as “massas ignaras” pelos caminhos das “luzes do progresso”, compartilhava as crenças e os valores que fundamentavam os projetos de modernização excludente, formulados pelos grupos dirigentes brasileiros e que as administrações republicanas vinham tentando viabilizar na virada do século XIX para o XX.

⁸² Olavo Bilac, *op. cit.*, p. 308.